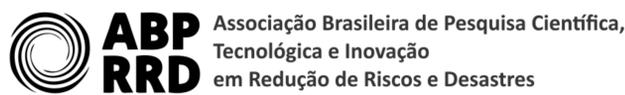


PERCEPÇÕES RELATIVAMENTE À PANDEMIA DE COVID-19 EM SANTA CATARINA/BRASIL: IMPLICAÇÕES EDUCATIVAS



Mário Jorge Freitas
Pesquisador, Diretor de Assuntos Internacionais
/ Associação Brasileira de Pesquisa Científica e Tecnológica e
Inovação em Redução de Riscos e Desastres (Brasil)
mfreitas.pesquisa.rrd@gmail.com

Pesquisa de responsabilidade individual (abril e junho de 2021, após o pico da 2ª onda da COVID 19 no Brasil). Agradecimentos aos participantes.

Introdução

A COVID 19 se constituiu em um importante desafio a nossos modelos de desenvolvimento e capacidade de enfrentar, com sucesso, epidemias/pandemias. Com um total de 701,494 mortos em 26/04/2023 (o que corresponde a uma mortalidade/100mil hab. de 333,8), o Brasil, ocupa, nesse domínio, o 18º lugar mundial.

Objetivos

O objetivo do estudo foi recolher e analisar percepções de cidadãos de Santa Catarina (Brasil), com nível educacional elevado/médio, que se considera terem alguma cultura de gestão de riscos e desastres, relativamente a vários aspectos relacionados com a pandemia da COVID-19 (em especial, percepção acerca das características da infecção e comportamento; reação emocional à situação pandêmica; postura face a abordagens atuação das diversas instâncias de poder; postura face a medidas não farmacológicas e à vacinação; evolução futura da doença). Com base nesses dados espera poder-se desenhar algumas implicações para a educação para a saúde e de gestão de riscos. Atendendo ao espaço limitado apresenta-se, somente, parte dos resultados obtidos.

Área de Estudo

O estudo centrou-se no estado de Santa Catarina (SC), com área de 95.346 km² e população estimada de 7,2 milhões (em 2023). SC tem forte tendência política conservadora/“direita”, como atestam os resultados da votação em 2018 e 2022: a) 76% e 69% para o ex-presidente (PR) Bolsonaro; b) 71% e 70%, para os governadores aliados. As posturas do ex-presidente e do ex-governador foram, contudo, algo diferentes, com o ex-governador apoiando, em geral, as posturas próximas da OMS (por exemplo apoio a isolamento social e medidas não farmacológicas e vacinação) e Bolsonaro na contramão.

Metodologia

Estudo quantitativo de *survey*. O e-questionário (Google documentos), integrava questões de escolha múltipla e composição curta e foi enviado, por email a, aproximadamente, 400 a 420 pessoas (amostra convidada), entre abril e junho de 2021, após o pico da 2ª onda no Brasil (3 a 10 de março). A amostra respondente foi de 103 pessoas, das quais 72,5% são do sexo feminino, a maioria com idades compreendidas entre 40 a 60 (60%) e 30 a 40 anos (25,5%), de vários setores profissionais, com elevado nível de escolaridade (63,7% tem mestrado ou especialização, 15,7% superior completo e 14,7 % doutorado).

Bibliografia

Freitas, M., Lima, F., Costa, F., Panceri, R., Maragarida, C. e Beppler, C. Plano de Contingência da COVID-19 para a Educação em Santa Catarina/BRASIL: da elaboração do modelo à sua implementação e importância. *Territorium* 30 (I), 2023, 21-36.

Resultados e discussão

- Quanto à **compreensão própria e alheia** sobre a COVID 19 e **adequação de comportamento**, os inquiridos consideraram:
 - ✓ ter **grande/muito grande** (76,5%) compreensão e que a compreensão dos outros é **média** (46%) ou **pequena** (42%);
 - ✓ ter tido comportamento **muito/totalmente adequado** (85,5%), mas acham que a **maioria** (59%) ou a **generalidade** (24%) das pessoas **não tiveram**.
- Quanto à **gravidade e duração** da pandemia e **grau de controlo**, à data da pesquisa, consideram que:
 - ✓ previam que a epidemia seria **bem menos grave e demorada** (39,8) ou **grave mas menos demorada** (38,8%);
 - ✓ a COVID estaria **totalmente/muito descontrolada** (81,6%).
- A esmagadora maioria afirma sentir **muito medo** (49,5%) ou **algum medo** (30,1%) de contrair COVID, sendo que só 20,5% diz ter pouco ou nenhum medo.
- Em termos de importância atribuída às medidas de combate à COVID 19: 91% a 93% assinalaram a máxima importância da **higiene de mãos, protocolo de etiqueta, uso de máscara e distanciamento social**; porém, 17% atribui importância ao “kit de tratamento precoce”.
- No que tange a avaliação da **atuação do poder público**: a) nível **federal**, 81% **muito má/má**, 36% razoável e só 5% boa/muito boa; b) **estados**, em geral, 52% **muito má/má**, 36% razoável e só 12% boa/muito boa; no **próprio estado (SC)**, 44% **muito má/má**, 31% razoável e 25% boa/muito boa; **municípios, em geral**, 45% **muito má/má**, 36% razoável e 27% boa/muito boa; **próprio município**, 40% **boa/muito boa**, 32% **muito má/má**, 28% razoável.

Conclusão

- ❑ A grande diferença entre a auto e heteroavaliação (compreensão da COVID e adequação de comportamento), associado à previsão de que a epidemia não seria tão grave nem tão longa e apreciação muito negativa da ação do governo federal e algo crítica de estados e municípios pode ter contribuído para a **sensação de medo detetada** e a avaliação de **grande ou total descontrolo da epidemia**, após 2ª onda.
- ❑ Embora **muito minoritária**, a defesa da ação governativa (e do PR) feita por alguns evidencia a **polarização política**, em um clima de *fakenews* e notícias especulativas, sem base científica, sobre tratamento e vacinas nas redes sociais.
- ❑ Face a esse **abalo de confiança na ciência**, nas vacinas (veja-se drástica baixa na vacinação obrigatória de crianças) e, de forma geral, nas abordagens científicas na gestão de risco, em detrimento de posturas especulativas, sem base científica, divulgadas nas redes sociais, e defesa do “cada um faz o que quiser”, importa pensar em como, neste contexto, **promover uma nova educação para a gestão de riscos epidemiológicos e outros**.